

COALIZÃO INDÚSTRIA

**MONITORAMENTO DAS MEDIDAS
ANUNCIADAS PELO GOVERNO PARA
SUPERAR O MOMENTO DE CRISE POR CONTA
DA PANDEMIA DO COVID-19**

Two horizontal bars, one olive green and one yellow, are positioned on either side of the central text block.

**E SUGESTÕES DA COALIZÃO DA INDÚSTRIA PARA
MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS NO SETOR INDUSTRIAL E
NA ECONOMIA BRASILEIRA**

ATUALIZAÇÃO EM: 30/03/2020 – 16h00

**Em vigência / Norma**

Reforço ao programa Bolsa Família: suspensão de bloqueios e averiguação cadastral para inclusão de mais de 1 milhão de pessoas no programa. (R\$ 3 bilhões liberados para o programa)

Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**.

Sem norma publicada

Antecipação da **primeira parcela do 13º** de aposentados e pensionistas do INSS para **abril**.

Antecipação da **segunda parcela do 13º** de aposentados e pensionistas do INSS para **maio**.

Valores **não sacados do PIS/Pasep** serão **transferidos para o FGTS** para permitir novos saques.

Antecipação do Abono Salarial para junho.

Redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento.

R\$600 mensais para informais, autônomos, MEI por 3 meses (SF PL 1066/2020)

Novas sugestões da COALIZÃO

Voucher de R\$500 para as pessoas sem carteira assinada que não estejam no seguro desemprego

Ampliação do seguro desemprego de 5 para 8 parcelas

Antecipação do cronograma de restituição do IRPF para setembro deste ano

Prorrogação do prazo de envio da declaração de IRPF e pagamento da primeira parcela em 31/05.

Em vigência / Norma

Medidas trabalhistas que poderão ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda.

- I - o teletrabalho;
- II - a antecipação de férias individuais;
- III - a concessão de férias coletivas;
- IV - o aproveitamento e a antecipação de feriados;
- V - o banco de horas;
- VI - a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; e
- VIII - o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

(OBS: FOI REVOGADA A OPÇÃO DE LAYOFF – SUSPENSÃO DO CONTRATO DE TRABALHO POR 04 MESES SEM SALÁRIO)

Sem norma publicada

Linha de crédito para pequenas e médias empresas financiar 02 meses de salário dos trabalhadores (empresas de R\$360 mil a R\$10 milhões)

Pagamento de **compensação de 25% do valor do seguro desemprego** por três meses para os trabalhadores que ganhem até **2 salários mínimos e que tiverem redução de jornada e salário**

Pagamento pelo governo dos 15 primeiros dias de auxílio-doença para os trabalhadores afetados pelo **COVID-19**

Permissão de **redução proporcional de salários e jornada no limite de 50%**

Permissão expressa de alteração de horários de trabalho

Não aplicação de multas trabalhistas por medidas adotadas pela empresa em função do enfrentamento da atual crise

Novas sugestões da COALIZÃO

Ampliação da medida de desoneração da folha de pagamentos

Layoff de 04 meses, sem necessidade de cursos por parte do empregador e com contrapartida financeira por parte do governo.

Permissão de que 30% dos salários de março, abril e maio possam ser pagos em parcelas ao longo do ano de 2020, sendo a primeira em junho. E o empregador que dizer uso desse adiamento assegurará aos seus empregados garantia de emprego até 31/12/2020 (em caso de demissão sem justa causa nesse período de garantia, as parcelas dos salários não pagos e as indenizações será paga com acréscimo de 30%.



Em vigência / Norma

Prorrogação de prazo para pagamento de tributos federais do **SIMPLES**.

Diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS por 03 meses**

Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito.

Prorrogação prazo de validade de CND's e Certidões positivas com efetivo de negativa por 3 meses

Procedimento simplificado e automático para abertura, alteração e fechamento de empresas de inovação / startups

PR - Prorrogação do prazo para pagamento de ICMS por 03 meses (Decreto nº 4386 – 27/03/2020)

Sem norma publicada

Suspensão de cobrança e renegociação de tributos federais por 90 dias para aliviar o fluxo de caixa das empresas afetadas pela crise (principalmente PIS/COFINS) – **Idem para o ICMS**

Antecipação de recebíveis de contratos das empresas com a administração pública

Suspensão de registros, atualização de dados das obrigações acessórias e obrigatórias por 90 dias

Prorrogação de prazos para obrigações acessórias por 90 dias

Redução de 50% nas **contribuições do Sistema S** por 3 meses.

Facilitar o **desembarço de insumos** e matérias primas industriais importadas **antes do desembarque**.

Novas sugestões da COALIZÃO

Viabilização da utilização imediata de créditos tributários por parte das empresas.

Possibilidade de uso integral do saldo de prejuízo fiscal no IRPJ e CSLL imediatamente (mesmo para empresas sem lucro em 2020).

Instituição de alíquota de Reintegra de 5%.

Suspensão da exigibilidade de CND – Certidão Negativa de Débitos, por um período mínimo de 6 meses, para as todos os que precisam de acesso a recursos oferecidos por Bancos Públicos.

Energia:

1)prorrogação dos prazos de pagamento das faturas enquanto durar o estado de calamidade pública

2) proibição da suspensão de fornecimento de serviços por um prazo de 90 dias e proibição da incidência de multas pelo não pagamento dos serviços prestados nos ciclos de consumo,

3) dilatar para 90 dias o prazo para retorno da energia contratada e não consumida para o mercado livre.

4) Faturamento por parte das distribuidoras sejam calculadas sobre o montante de energia elétrica efetivamente consumida

Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
Suspensão pelo prazo de 90 dias de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal. Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesa administrativa e recursos perante o CARF.	Suspensão de cobrança e renegociação de tributos federais por 90 dias para aliviar o fluxo de caixa das empresas afetadas pela crise (principalmente PIS/COFINS) – Idem para o ICMS Antecipação de recebíveis de contratos das empresas com a administração pública Suspensão de registros, atualização de dados das obrigações acessórias e obrigatórias por 90 dias Prorrogação de prazos para obrigações acessórias por 90 dias Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses. Facilitar o desembaraço de insumos e matérias primas industriais importadas antes do desembarque.	Viabilização da utilização imediata de créditos tributários por parte das empresas. Possibilidade de uso integral do saldo de prejuízo fiscal no IRPJ e CSLL imediatamente (mesmo para empresas sem lucro em 2020). Suspensão da exigibilidade de CND – Certidão Negativa de Débitos, por um período mínimo de 6 meses, para as todos os que precisam de acesso a recursos oferecidos por Bancos Públicos. Energia – prorrogação dos prazos de pagamento das faturas enquanto durar o estado de calamidade pública e proibição da suspensão de fornecimento de serviços por um prazo de 90 dias e proibição da incidência de multas pelo não pagamento dos serviços prestados nos ciclos de consumo; Energia/mercado livre – dilatar para 90 dias o prazo para retorno da energia contratada e não consumida para o mercado livre.



Em vigência / Norma

Linha de Crédito Proger Urbano Capital de Giro / FAT para **Micro e Pequenas Empresas**.

BNDES - transferência de recursos do Fundo PIS-PASEP para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 20 bilhões

BNDES - **suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos diretos** para empresas no valor de R\$ 19 bilhões

BNDES - **suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos indiretos** para empresas no valor de R\$ 11 bilhões (propostas a partir de 01/04)

Sem norma publicada

Intensificação do uso das linhas de crédito BNDES Finame Materiais (insumos industriais) e BNDES Crédito para pequenas empresas e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros

BNDES - **ampliação do acesso ao crédito do BNDES com Fintechs (início em maio/20)**

BNDES – **Crédito para folha de pagamentos (R\$40 bi)** – 3,75% a.a para financiar até 2 salários mínimos por empregado durante 2 meses para empresas com faturamento de R\$360 a 10 milhões.

Simplificação de exigências para contratação de crédito

Redução de IOF sobre financiamentos

Oferecimento de mecanismos de Hedge Cambial

Fortalecimento do Cartão BNDES, com o retorno das operações via banco do Brasil

Novas sugestões da COALIZÃO

Linha de **capital de giro “sem contrapartida”** do BNDES

Anuncio da Febraban de compromisso de 60 dias de prorrogação do pagamento das operações financeiras não vem sendo efetivamente cumprido por todas as instituições financeiras (mensagem para BC)

Portabilidade de crédito para PJ

Tesouro conceder garantia total à empréstimos e financiamentos (R\$ 270 bilhões) para financiar de pagamento operados por BNDES, CEF ou bancos estaduais

Faturas de cartão de crédito de consumidores possam ser divididas em parcelas 12 meses por taxa de juros máxima de 2% a.m. (opcionalmente pelo consumidor) – aumenta a renda disponível do consumidor nesse período.

Prorrogação da cobrança de dívidas por 60 dias dos vencimentos de clientes PF e PMPE's



Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
BNDES -ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), por meio dos bancos parceiros, no valor de R\$ 5 bilhões BNDES – crédito de apoio para planos emergenciais de saúde – R\$2 bi CEF - pausa de 60 dias no pagamento de parcelas adimplentes da empresa CEF - Redução de juros de 45% no capital de giro, com taxas a partir de 0,57% a.m CEF - disponibilização de linhas de crédito especiais para comércio ou prestadores de serviços com 6 meses de carência	Intensificação do uso das linhas de crédito BNDES Finame Materiais (insumos industriais) e BNDES Crédito para pequenas empresas e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros BNDES - ampliação do acesso ao crédito do BNDES com Fintechs (início em maio/20) BNDES – Crédito para folha de pagamentos – 3,75% a.a para financiar até 2 salários mínimos por empregado durante 2 meses para empresas com faturamento de R\$360 a 10 milhões. Simplificação de exigências para contratação de crédito Redução de IOF sobre financiamentos Oferecimento de mecanismos de Hedge Cambial Fortalecimento do Cartão BNDES, com o retorno das operações via banco do Brasil	Linha de capital de giro “sem contrapartida” do BNDES Anuncio da Febraban de compromisso de 60 dias de prorrogação do pagamento das operações financeiras não vem sendo efetivamente cumprido por todas as instituições financeiras (mensagem para BC) Portabilidade de crédito para PJ Faturas de cartão de crédito de consumidores possam ser divididas em parcelas 12 meses por taxa de juros máxima de 2% a.m. (opcionalmente pelo consumidor) – aumenta a renda disponível do consumidor nesse período. Prorrogação da cobrança de dívidas por 60 dias dos vencimentos de clientes PF e PMPE’s

**Em vigência / Norma****BACEN - Aumento de R\$478 bi na liquidez da economia**

- Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)
- Flexibilização da LCA
- Compromissadas com títulos soberanos brasileiros
- Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais – NDPGE (mecanismo de proteção de depósitos bem-sucedido na crise de 2009)
- Empréstimo com lastro em debêntures

Liberação de capital com impacto potencial sobre o crédito de R\$1,1 tri (15,8% do PIB)

Sem norma publicada

Empréstimo com lastro em LF garantidas por operações de crédito
(Potencial de liberação de R\$ 670 bilhões)

Nova liberação de compulsório
(+ R\$68 bi de liquidez na economia)

Direcionamento para novos créditos a PMEs

(com essas medidas o aumento total de liquidez na economia chega a R\$1,21 tri (16,7% do PIB))

Novas sugestões da COALIZÃO

Redução forte na taxa de juros básica

Liberação de depósito compulsório pelo BCB, seja efetuada seletivamente, pelos bancos para pagamento de folha e capital de giro operacional para as empresas. Que sejam utilizados também os bancos oficiais para liderarem o processo.

Reforço ao fundo gestor de crédito pelo governo para facilitar o fluxo de capital que será liberado pelo depósito compulsório para as empresas diminuindo as exigências de garantias durante o ano de 2020.

Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
Orçamento extra para aquisição de equipamentos e insumos hospitalares no valor de R\$5 bi Redução a zero das alíquotas do Imposto de Importação para produtos de uso médico-hospitalar <i>(até setembro de 2020)</i>. Desoneração temporária de IPI sobre bens importados e produzidos internamente que sejam necessários ao combate do Covid-19. Suspender a prova de vida dos beneficiários do INSS por 120 dias. Priorizar desembaraço aduaneiro de produtos de uso médico-hospitalar.	Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.	



Em vigência / Norma

Controle de **exportação para evitar o desabastecimento** de prods. combate ao vírus.

Suspensão da **exigência de licenciamento de importação** para tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo e de seringas descartáveis de uso geral dos países que especifica.

Reconhecimento de **estado de calamidade pública** com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.

Garantir o exercício e o **funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais e que restrições de transporte interestaduais sejam baseadas em parecer técnico da ANVISA.**

Definição dos serviços públicos e das **atividades essenciais e também para funcionamento da cadeia de produção de alimentos e bebidas**

Suspensão da compulsoriedade da **certificação ANVISA de suprimentos médico hospitalares**

Sem norma publicada

Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.

Novas sugestões da COALIZÃO

Garantir que restrições ao trânsito interestadual, municipal, além de portos, ferrovias e rodovias, não atrapalhem a chegada de matérias-primas, insumos e produtos, bem como o escoamento da produção.

Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
Agência Nacional de Mineração suspendeu até 30 de abril os prazos processuais e materiais dos Administrados, bem como prazos para apreciação de requerimentos de atos públicos de liberação de atividades econômicas sujeitas a aprovação da Agencia Nacional de Mineração Ajustes, por parte da ANVISA nas normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais trocas de fornecedores de insumo farmacêutico ativo (IFA) e outros insumos Ministério de Minas e Energia reconhecer como essencial a disponibilização de insumos minerais necessários à cadeia produtiva da mineração como “pesquisa e lavra de recursos minerais, beneficiamento e processamento; transformação mineral; comercialização e escoamento de produtos; transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva. (portaria 135/202-MME)	Prorrogação automática, por 90 dias. De licenças obrigatórias e certidões (ambientais, sanitárias, trabalhistas, etc) Suspensão temporária da cobrança de taxas de registro junto às agências reguladoras federais (ANVISA, ANAC, etc) Suspensão dos prazos processuais e materiais em processos administrativos ambientais dos entes integrantes do SISNAMA	Agir para evitar que estados e municípios confiscuem insumos, produtos e estruturas privadas no combate a covid19 Trocar depósitos recursais por fiança e/ou seguro garantia Adiamento de demandas que exigem investimentos no curto-prazo como logística reversa, lei de proteção de dados Não permitir que impostos sobre grandes fortunas e/ou empréstimos compulsórios evoluam no congresso.

Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
Suspensão, prorrogação e adiamento de atos de cobrança da dívida ativa da União. Tabelamento do frete – suspensão do CIOT e prorrogação da validade dos certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC. Prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do valor mínimo de R\$ 500,00 para início de parcelamento de dívidas com a Fazenda Nacional.		

Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
Condições extraordinárias para os serviços regulamentados de avaliação da conformidade. Prorroga a validade dos certificados de verificação que estão para vencer no período de estado de emergência. Fechamento das fronteiras com a Venezuela. Fechamento das fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname.		

Em vigência / Norma	Sem norma publicada	Novas sugestões da COALIZÃO
Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coréia. Restrição por 30 dias da entrada no Brasil, por via terrestre, de estrangeiros provenientes do Uruguai.		

Origem	Ementa/PL
CN	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.(CN MPV 926/2020)
CN	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.(CN MPV 927/2020)
CD	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a suspensão do contrato de trabalho em caso de interrupção do funcionamento do estabelecimento determinada por ato do poder público em decorrência de situação de emergência em saúde pública ou de estado de calamidade pública, e altera a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, para estabelecer a percepção de assistência financeira durante a suspensão do contrato e a prorrogação do benefício do seguro-desemprego por 90 (noventa) dias para quem já o estiver percebendo.(CD PL 779/2020)
CD	Cria o Fundo Nacional de Emergência em Defesa do Trabalho e Renda.(CD PL 732/2020)
CD	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% a todo trabalhador da saúde cujas instituições em que trabalham estejam vinculadas ao atendimento de pacientes infectados pelo COVID-19 (Coronavirus).(CD PL 744/2020)
CD	Institui a livre negociação para permitir remuneração parcial de trabalhadores na CLT nas hipóteses que especifica.(CD PL 699/2020)
CD	Acrescenta o art. 169-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para obrigar as empresas a adotar medidas de proteção dos trabalhadores em situação de emergência em saúde pública.(CD PL 655/2020)
CD	Regulamenta os procedimentos a serem seguidos nos serviços de entregas à domicílio (delivery) durante o período de calamidade pública devido ao coronavírus (COVID-19).(CD PL 794/2020)
CD	Estabelece medidas de proteção e garantia de renda para catadores de material reciclável em face da decretação de estado de calamidade provocada pela COVID-19 .(CD PL 1118/2020)
CD	Estabelece medidas temporárias de amparo e fomento aos micro e pequenos empresários durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19).(CD PL 967/2020)

Origem	Ementa/PL
CD	Cria regras tributárias, especialmente de contribuições previdenciárias, específicas para o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 2020.(CD PL 966/2020)
CD	Insera na CLT a previsão de que o trabalhador atue na modalidade de teletrabalho quando tiver de cumprir isolamento social por quaisquer doenças ou vírus.(CD PL 908/2020)
CD	Proíbe, por 120 (cento e vinte) dias, interrupção de serviços considerados essenciais, por motivo de inadimplência, em decorrência da calamidade pública ocasionada pela pandemia do coronavírus (Covid-19) e dá outras providências(CD PL 912/2020)
CD	Dispõe sobre adoção de medidas temporárias em matéria trabalhista, em razão da conjuntura que envolve a pandemia relativa ao novo coronavírus e dá outras providências.(CD PL 927/2020)
CD	Eleva a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de Seguros Privados e de Capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, em caráter temporário com reversão integral, no ano de 2020, dos recursos para programas de renda mínima e saúde.(CD PL 940/2020)
CD	Programa de Manutenção dos Empregos dos Trabalhadores das Empresas Impactadas pela Emergência de Saúde Pública Internacional Relacionada ao Covid-19 (Provid).(CD PL 1091/2020)
CD	Altera a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer um ajuste financeiro nos pagamentos do programa Bolsa Família de 50% (cinquenta por cento) enquanto durar o estado de calamidade pública decretado.(CD PL 1102/2020)
CD	Dispõe sobre a suspensão temporária de cobrança, pagamento, juros e multas incidentes sobre dívidas pelo período de 90 dias, em função da pandemia de corona-vírus que atingiu o Brasil.(CD PL 823/2020)
CD	Acrescenta parágrafo único ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que a atuação de profissionais de serviços essenciais ao combate epidemias enseje o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo.(CD PL 830/2020)
CD	Institui o empréstimo compulsório para atender às despesas urgentes causadas pela situação de calamidade pública relacionada ao coronavírus (COVID-19).(CD PLP 34/2020)
CD	Dispõe sobre o controle do Estado no combate à manipulação e ao abuso de preços em casos de decretação de Pandemia ou Estado de Calamidade Pública.(CD PL 1008/2020)

Origem	Ementa/PL
SF	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, para estabelecer cronograma de pagamentos diferenciados em casos de calamidade pública.(SF PL 882/2020)
SF	Dispõe sobre o congelamento de preços de medicamentos durante a vigência da Pandemia de Coronavírus.(SF PL 881/2020)
SF	Cria a Linha Emergencial de Capital de Giro destinada à manutenção da produção, do emprego e da massa salarial.(SF PL 838/2020)
SF	Susta a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023.(SF PDL 102/2020)
SF	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020.(SF PL 1066/2020)
SF	Dispõe sobre a manutenção dos empregados em período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do Coronavírus – Covid 19.(SF PL 751/2020)
MG	Dispõe a venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do corona vírus (covid-19).(MG PL 1664/2020)
MG	Dispõe sobre a suspensão do uso de utensílios de material plástico no ramo alimentício, como bares, restaurante e hotel, no período de 180 dias, com objetivo de conter a proliferação do coronavírus.(MG PL 1587/2020)
MG	Autoriza o governo do estado de minas gerais a prover renda emergencial a catadores de materiais recicláveis do estado de minas gerais e/ou suas organizações, em casos de emergência ou calamidade e garantir condições de abastecimento, na forma que menciona.(MG PL 1677/2020)
MG	Concede isenção temporária da alíquota do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - icms das mercadorias classificadas nos códigos da nomenclatura comum do mercosul - ncm listados no anexo único desta lei.(MG PL 1703/2020)

Origem	Ementa/PL
RJ	CONCEDE ISENÇÃO TEMPORÁRIA DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS DAS MERCADORIAS CLASSIFICADAS NOS CÓDIGOS DA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL - NCM LISTADOS NO ANEXO ÚNICO DESTA LEI(RJ PL 2070/2020)
RJ	ADOA MEDIDAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA PROTEGER OS FUNCIONÁRIOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS, NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA PANDEMIA DO COVID-19.(RJ PL 2106/2020)
RJ	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ENTREGA EM DOMICÍLIO (DELIVERY) DURANTE A DURAÇÃO DA CALAMIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19).(RJ PL 2115/2020)
RJ	ADOA MEDIDAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA PROTEGER OS FUNCIONÁRIOS DE FARMÁCIAS, BARES, RESTAURANTES, MERCADOS E SUPERMERCADOS, NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA PANDEMIA DO COVID-19.(RJ PL 2104/2020)
RJ	CRIA O PROGRAMA EMERGENCIAL PARA A PROTEÇÃO E SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ÂMBITO DO COMBATE A CONTAMINAÇÃO POR CORONAVÍRUS - COVID-19.(RJ PL 2184/2020)
RJ	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) EM SITUAÇÕES DE ENDEMIA, EPIDEMIA E PANDEMIA, NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.(RJ PL 2166/2020)
RJ	ALTERA AS LEIS Nº 4.534, DE 04 DE ABRIL DE 2005 E Nº 7.495, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MUNICÍPIOS FLUMINENSES E SOBRE O IMPEDIMENTO DE CONCESSÃO DE NOVOS INCENTIVOS FISCAIS OU BENEFÍCIO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA DE QUAIS DECORRAM RENÚNCIAS DE RECEITAS, NOVOS FINANCIAMENTOS, FOMENTOS ECONÔMICOS OU INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES A EMPRESAS SEDIADAS OU QUE VENHAM A SE INSTALAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE O PRAZO DE FRUIÇÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 159/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS(RJ PL 2050/2020)
RJ	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) PARA OS TRABALHADORES DE APLICATIVOS DE TRANSPORTE E ENTREGAS A DOMICÍLIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM CASOS DE ENDEMIA, EPIDEMIA E PANDEMIA.(RJ PL 2154/2020)
RJ	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ESTABELECEER ALÍQUOTA ZERO DE ICMS (IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL. INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO), NAS SAÍDAS DE ÁLCOOL GEL PRODUZIDO POR INDÚSTRIAS CUJA ATIVIDADE FIM NÃO SEJA A PRODUÇÃO DO ÁLCOOL, ENQUANTO DURAR A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DECRETADA PELO PODER EXECUTIVO.(RJ PL 2024/2020)